

---

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

---

Revista  
**Didática Sistemática**

---

TRIMESTRAL

ISSN: 1809-3108

---

Volume 5, janeiro a junho de 2007

**REFLEXÕES SOBRE NOSSO MODO DE VIDA: UM OLHAR ATRAVÉS DOS  
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Rossane Vinhas Bigliardi<sup>1</sup>**

**Ricardo Gauterio Cruz<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O modelo societário vivido pela humanidade enfrenta uma severa crise: crise de identidade cultural, crise do modelo de produção e circulação de bens, crise dos valores e princípios éticos que orientam os indivíduos em seus hábitos de consumo e descarte, crise da insuficiência de recursos naturais para sustentação destes hábitos, crise imposta pelo limite de crescimento populacional e econômico, derivada também da escassez de recursos naturais, enfim, crise do paradigma societário sustentado pelo modelo capitalista, em cuja racionalidade cabe ao ser humano o domínio da natureza e a escravização do próprio ser humano, tolhendo o exercício pleno de sua cidadania e reduzindo-o a mera peça de uma grande engrenagem, facilmente descartada e substituída. Diante deste quadro, este artigo apresenta uma reflexão acerca do problema enfrentado pela sociedade, apontando para a Educação Ambiental como vetor para a superação dos impasses sócio-ambientais postos em nossa realidade.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental, Crise Civilizatória, Sociedade Capitalista.

**RESUMO:** The societário model lived by the humanity faces a severe crisis: crisis of cultural identity, crisis of the production model and circulation of merchandise, ethical crisis of the values and principles that guide the individuals habits of consumption and discarding, crisis of the insufficiency of natural resources, crisis imposed for the limit of population and economic growth, also derived from the scarcity of natural resources, at last, crisis of the social paradigm supported by the capitalist model, in whose rationality it fits to the human being the domain of the nature and the slave of the proper one human being, hindering the full exercise of its citizenship and reducing the mere part of a great gear, easily discarded and substituted.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestre em Educação Ambiental – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG. rossanevb@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Administração de Empresas – Departamento de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis – FURG. ricardo\_gcruz@hotmail.com

Ahead, this article presents a reflection concerning the problem faced for the society, pointing with respect to the Ambient Education as vector for the overcoming of the social and environmental crisis ranks in our reality.

**Palavras-Chave:** Environmental Education, Social Crisis, Capitalist Society.

## 1. Introdução

A sociedade capitalista vive, na atualidade, uma crise civilizatória que coloca em risco sua própria sustentação. Nas palavras de Ruscheinsky, “se encontra em andamento uma crise do paradigma ecológico sustentado pela sociedade capitalista, em cuja racionalidade cabe ao ser humano o domínio da natureza” (2002, p.61-62).

O sistema de produção e circulação de bens vigente acarreta no desmatamento, na crise da água potável, do efeito estufa, da poluição de rios e mares, etc. Quanto maior o consumo, maior é a produção, e mais recursos naturais são extraídos e industrializados. Esta sociedade de consumo, enraizada na cultura ocidental, ensina a destruir. Os apelos de consumo, sistematicamente veiculados nos meios de comunicação, induzem a comprar cada vez mais e, implicitamente, a consumir/destruir o que foi comprado no menor tempo possível.

Existe forte correspondência entre os princípios que determinam o comportamento de consumo dos grupos e as bases éticas que os inspiram e justificam (Novo, 1996), daí ser adequado propor o enfrentamento desta crise societária, contemplando os aspectos pertinentes à “crise cultural e social que assola o planeta, posto que ambas as crises são derivadas da mesma lógica” (Layrargues, 2001, p. XVII).

Desta forma, faz-se necessário repensar as relações entre sociedade e ambiente, no universo das interações entre os indivíduos, e destes com a natureza, sob pena da exaustão da capacidade de regeneração e reprodução, material e social, da vida no planeta.

## 2. As Origens do Problema

Para compreensão do que é exposto adiante, se faz necessária uma breve análise de dois aspectos imbricados na relações de produção e consumo, conceituados por Marx (1982 e 1985), quais sejam: o *valor de troca* e a *mais-valia*.

O *valor de troca* é definido por Marx como sendo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, e cujo preço é a expressão do seu valor em dinheiro. Por sua vez, *mais valia* é conceituada como sendo a diferença entre o preço que

o capitalista paga pela força de trabalho, e o valor criado por esta ao submeter-se ao processo produtivo.

Assim, esclarecendo a análise, Lopez Velasco destaca que

Para evitar a falência e subsistir como capitalista no contexto inexorável de concorrência a que se vê submetido, o capitalista necessita como mínimo produzir uma mercadoria por seu valor, quer dizer, no tempo socialmente necessário para fazê-lo. Mas, pelo fato de que o capitalista sabe que, se pode produzir a mesma mercadoria num tempo inferior ao socialmente necessário, poderá, ao vendê-la por seu valor, obter um lucro extraordinário, resulta que esse tempo está em permanente diminuição (2003, p.70).

Ainda, segundo Lopez Velasco (2003), desta lógica deriva o ritmo crescente imposto ao processo de trabalho, o qual não é adequado às necessidades de recuperação das energias vitais dos trabalhadores, bem como da regeneração da natureza afetada pelo processo produtivo.

Assim, a qualidade de vida dos indivíduos que compõem a força de trabalho é comprometida pelo interesse do capitalista em aumentar a produtividade e, por conseqüência, o lucro, gerando males físicos e psicológicos aos entes da sociedade. Da mesma forma, a incapacidade da natureza se refazer das agressões sofridas pela atividade capitalista a torna cada vez mais frágil e incapaz de novas regenerações, resultando, não somente, na escassez de recursos, como também na ameaça, em longo prazo, à continuidade da vida no planeta.

Desta forma, fica evidente o antagonismo entre o Capitalista e a Força de Trabalho/Meio Ambiente, onde o primeiro sempre tentará explorar ao máximo, e no menor espaço de tempo possível, aquilo que os segundos podem oferecer (mão-de-obra e matéria-prima), sem considerar relevante a qualidade de vida, ou a sustentabilidade ambiental, constituindo-se sempre como um nefasto dilapidador no que se refere ao ser humano e ao meio natural, conduzindo a sociedade – ou o modelo sobre o qual ela está apoiada – ao colapso.

### **3. Educação Ambiental e a Superação do Impasse Civilizatório**

Propondo o rompimento com o modelo capitalista, opressor por natureza, é que se procura delinear um modelo alternativo, sustentado por um paradigma marcadamente orientado pela conquista da cidadania, por padrões éticos pautados pela cooperação,

solidariedade, respeito à diversidade e busca do bem comum para as gerações presentes e futuras, em um sadio compartilhar entre os entes no Planeta.

Guillén (1999) coloca, de forma muito clara, que a humanidade precisa optar por continuar com modelos de desenvolvimento em que os processos econômicos prevalecem e marcam as linhas de exploração dos recursos e os hábitos de consumo, ou por um modelo que tome suas decisões pautado na questão ambiental. Esta última opção, segundo o autor, estaria em consonância com um modelo de racionalidade crescente que dá ênfase à importância de satisfazer as necessidades especiais dos que menos têm, sem comprometer o equilíbrio dos recursos.

Frente a este cenário, a Educação Ambiental representa um instrumento essencial para a superação dos impasses sócio-ambientais presentes em nossa realidade. Essa relação, entre meio ambiente e educação para a cidadania, assume um papel cada vez mais desafiador, demandando saberes capazes de conduzir à compreensão dos processos sociais que se complexificam, e à conscientização dos riscos ambientais que se intensificam (Jacobi, 1998).

Neste sentido, a Educação Ambiental deve propiciar estratégias preventivas e reorientação dos padrões de consumo, promovendo a co-responsabilidade e a participação social. A esse respeito, Guillén destaca a importância da formação de indivíduos que possam modificar

Sus sistemas de valores y que a su vez se inserten em um esquema social de relaciones más solidárias, cooperativas, autónomas y equitativas (este es un buen momento para distinguir la equidad em términos de reconocimiento de relaciones de desigualdad que deben promover un trato diferenciado de estos desiguales). La tolerância, la pluralidad y el compromiso social son algunos de los valores esenciales que se deberían promover (1999, p.5).

Para tanto, faz-se mister que haja amparo em pressupostos teóricos e adoção de posicionamentos ético-políticos, necessariamente, situados num contexto histórico, social, político e cultural. Nesta perspectiva, salienta-se que a noção de Educação Ambiental precisa ser considerado num contexto de grande multiplicidade e constantes adequações, com vista a corresponder às conformações do contexto histórico, político, social, cultural e econômico.

Buscando fundamento em Trevisol (2003), pode-se afirmar que esta mudança de paradigma, tão urgente e necessária, orientada pela Educação Ambiental, apóia-se em quatro pilares fundamentais, quais sejam: 1) Alfabetização ecológica por meio da percepção dos riscos; 2) Consciência da Planetaridade; 3) Sustentabilidade; e, 4) Cidadania Planetária.

A alfabetização ecológica por meio da percepção dos riscos consiste em estimular, no indivíduo, a consciência sobre a crise real que o envolve, da qual ele é partícipe e co-responsável. Implica na apropriação de uma série de saberes, percepções, valores e atitudes; tratando-se de um processo cujo objetivo principal é “colaborar no desenvolvimento de uma cultura ecológica” (Trevisol, 2003, p.119).

Não consiste na mudança de uma ou duas opiniões, mas em um processo de ressignificação do mundo, implicando num modo de pensar “que considera a complexidade, a interdependência e a multicausalidade que perpassa todos os fenômenos e os processos da realidade” (Trevisol, 2003, p.119).

Dentre as inúmeras formas de estimular a consciência ambiental – e desencadear o processo de alfabetização ecológica – Trevisol (2003) destaca a promoção de atividades facilitadoras à percepção dos riscos gerados pelas práticas cotidianas de consumo. Neste tipo de atividade, deve-se levar o indivíduo a questionar-se, não somente sobre os custos econômicos de seus hábitos de consumo (você sabe quanto isto custa?), mas sobre os custos ambientais inerentes a estes hábitos (você sabe quanto de natureza isto custa?).

No enredo das interações sociais e ambientais, principalmente no que tange ao consumo e a sua significação frente à sociedade, os riscos – ambientais, sociais e individuais – globalizam os indivíduos, e obrigam-nos a reconhecer que fazemos parte de uma totalidade altamente complexa e interdependente. Diferente do que a ideologia neoliberal nos faz crer:

(...) somos seres relacionais. Constituímos relações, assim como somos constituídos por elas. Por mais individuais que sejam nossas ações, elas produzem efeitos – positivos e negativos – sobre a totalidade biótica e cultural que nos cerca (TREVISOL, 2003, p. 126)

Assim, no intento de superar este impasse civilizatório, urge a tomada de consciência da planetaridade, da interdependência dos fatores bióticos e abióticos inseridos nos ambientes, bem como a interferência dos padrões de comportamento social sobre estes, envolvendo a concepção da Terra como um super-organismo, auto organizado e de frágil equilíbrio; e à Educação Ambiental cabe a tarefa de desenvolver, nos indivíduos, o sentimento de pertencimento à Terra, de estar no planeta e de comunicar-se, dialogicamente, com ele.

Precisamos levar em conta, também como desafio a superação da crise ecológica, a questão da sustentabilidade. A grande questão em torno da sustentabilidade é: De que forma

manter, com a natureza, relações que nos permitam satisfazer nossas necessidades, sem comprometer a capacidade do ambiente, em suprir as necessidades das gerações futuras?

Ruscheinsky afirma que a

Sustentabilidade consiste num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, além do que ainda é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado (2004, p.17)

Segundo Jacobi (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que, pelo menos duas correntes podem ser observadas. A primeira, baseada no trabalho do Clube de Roma, cujas idéias foram publicada em 1972 sob o título “Limites de Crescimento”, defende que, para alcançar-se a estabilidade econômica e ecológica, deve-se controlar a expansão demográfica e capitalista, devido à realidade dos recursos limitados.

O outro viés – compromissado com ideais igualitários e humanistas, com os quais nos identificamos e dos quais somos partidários – está relacionado com a crítica ao modo de vida contemporâneo e as desigualdades advindas deste, e tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica, surgindo como resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais, econômicos, e principalmente, sociais.

É neste contexto que surge a noção de racionalidade ecológica, que vai muito além da racionalidade econômica, transcendendo a visão de ambiente como fator de mercado, e fomentando o questionamento acerca da organização social e seu modo de consumo. A adoção desta racionalidade passa, invariavelmente, pela

activación y objetivación e um conjunto de procesos sociales: la incorporación de los valores del ambiente en la ética individual, en los derechos humanos y en la norma jurídica que orientam y sancionan el comportamiento de los actores económicos y sociales; la socialización del acceso y apropiación de la naturaleza; la democratización de los procesos productivos y del poder político (Leff, 1993, p.97).

Urge, portanto, a necessidade de adoção de, não apenas um conceito, mas uma postura de sustentabilidade, na qual posicionamento crítico e mobilização social combatam o modelo de sociedade em que pobreza e consumismo convivem lado a lado; onde natureza finita se transforma em mercadoria vorazmente consumida, alimentando uma infinita espiral de novas necessidades de consumo.

E é justamente deste aporte que surge a proposição de cidadania planetária, que está estreitamente relacionado às transformações, às crises e às mudanças de percepção em curso nas últimas décadas, sendo proveniente da globalização, que é apontada como a síntese de um gigantesco processo de redescoberta e reinvenção do mundo (Trevisol, 2003).

Na percepção de Gadotti (2000), a cidadania planetária refere-se a um conjunto de valores princípios e atitudes que refletem a concepção da terra como uma única comunidade.

Neste sentido,

(...) os debates sobre cidadania planetária expressam uma mudança de percepção acerca do mundo, e procuram apontar quais são as principais responsabilidades que cabem a todo e qualquer cidadão, independente do país onde vive, da cultura ou da etnia a que pertence (Trevisol, 2003, p.132).

A cidadania planetária está intimamente relacionada à idéia de consciência da planetaridade, e relaciona-se com a concepção de que, tanto provocamos efeitos por meio de nossas ações, como sofremos o efeito provocado pelas ações de outros. Neste sentido, classificações e rotulagens como local e global, centro e periferia, individual e coletivo, individualidade e outricidade, deixam de ser concebidas como dicotômicas e excludentes, e passam a ser vistas como elementos que influenciam e se retroalimentam mutuamente.

Assim, ser cidadão planetário implica reconhecer-se como parte de uma totalidade interdependente, e responsabilizar-se por ela. Desta forma, a prática da cidadania planetária objetiva possibilitar o enfrentamento responsável e consciente, dos riscos produzidos pela própria sociedade.

## **5. Considerações Finais**

Uma educação concebida desta forma, e apoiada nestes quatro pilares (alfabetização ecológica; consciência da planetariedade; sustentabilidade; e cidadania planetária) contribuirá na superação da ruptura dualista entre natureza e cultura, a qual é marcante na forma ocidental de ver e consumir o mundo, contribuindo, segundo Díaz (2002), para a descoberta de uma nova ética, apoiada em um sistema de valores, crenças e atitudes, orientado para a responsabilidade social e ambiental.

Condicionante para isto é o avanço rumo a uma educação de qualidade, que respeite as diferenças, tratando diferentemente os desiguais, preconizando o atendimento aos grupos em abandono pelo modelo econômico vigente. Entendendo-se tal mudança como pré-

requisito para que se possa viver em condições de equidade e sustentabilidade sócio-ambiental.

Como objetivos da Educação Ambiental, precisa-se destacar uma mudança de mentalidade e a participação individual e coletiva dos cidadãos, procurando desenvolver valores baseados nos conceitos de democracia, tolerância, solidariedade, ética, compromisso individual e social, cidadania, entre outros.

Neste sentido, precisa-se buscar um paradigma em cujo cerne esteja a consciência da finitude dos recursos naturais, a vulnerabilidade das espécies, e a limitada capacidade de regeneração dos ecossistemas, e que assuma a manutenção da vida no planeta como condicionada à colaboração individual e coletiva, onde cada indivíduo descubra-se parte de um ecossistema natural e cultural, indo além da racionalização dos recursos, equacionando as questões éticas, ecológicas e sociais, implícitas no comportamento de consumo.

## 6. Referencias Bibliográficas

DÍAZ, A. P. **Educação Ambiental como Projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GADOTTI, M. Cidadania Planetária. In: GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUILLÉN, P. C. Educación, medio ambiente y desarrollo sostenible. *Revista Iberoamericana de educación*, Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Madrid, Espanha, número 11, 1999.

JACOBI, P. Educação Ambiental e Cidadania. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J.F. (orgs.) **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.118, março de 2003, p. 189-205. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 20 abr. 2003.

LAYRARGUES, P. Prefácio. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (orgs.) **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Paulo: Rima, 2001.

LEFF, Enrique. Sociologia y Ambiente: sobre el concepto de racionalidad y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (orgs.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Anped/Noca, p.189-216, 1993.

LOPEZ VELASCO, S. **Ética para o Século XXI: rumo ao ecomunitarismo**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

MARX, K. **O Capital**: edição resumida. Trad. Ronaldo Alves Shimidt. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Defel, 1985.

NOVO, M. **La Educación Ambiental: bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

RUSCHEINSKY, A. As rimas da Ecopedagogia: uma perspectiva ambientalista. In: RUSCHEINSKY, A.(org.) **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre, ArtMed, 2002, p. 61-71.

RUSCHEINSKY, A. No Conflito das Interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.15-33.

TREVISOL, J. **A Educação Ambiental em uma Sociedade de Risco**. Joaçaba: UNOESC, 2003.